

## Valor Econômico

12/12/2005

### Riscos da sexta-feira

#### Sergio Leo

Governo e investidores privados parecem descrever países diferentes quando tratam do cenário para o abastecimento de energia até o final da década, e essa dissonância eletriza os analistas de investimento. Concordam, todos, em um ponto: é preciso começar já a ampliar a capacidade de geração de energia no Brasil, para evitar um gargalo no fornecimento a partir de 2010 - o que calaria com um apagão o debate hoje travado de forma estridente, sobre as estratégias de crescimento para o país.

O setor privado queixa-se das condições de investimento no mercado de energia. Reclama, especialmente, do preço máximo fixado pelo governo para a venda da energia dos contratos a serem arrematadas no leilão que se realizará no Rio, no fim desta semana, de R\$ 116 por MWh, o que, dizem alguns analistas, tornará antieconômico o abastecimento por termelétricas, e pouco competitivo o das chamadas usinas "botox", empreendimentos já arrematados pelo setor privado. O governo parece tratar como choradeira de comerciante as queixas dos empresários e futuros investidores. Vai pagar para ver, nesta semana.

"Se o governo continuar a ver risco nenhum de colapso no fornecimento de energia, e o setor privado a se sentir desconfortável com as condições impostas pelo governo, as estatais terão de fazer a maior parte do investimento", alertam os analistas Emerson Leite e Vinícius Canheu, em relatório do Credit Suisse First Boston, que circula entre investidores do setor desde novembro. A diferença de avaliações ficou clara, aliás, nas reportagens de Leila Coimbra, Cláudia Schüffner e Daniel Rittner, sobre a perda de apetite dos investidores, publicadas pelo Valor na semana passada.

Participantes de um debate sobre o cenário para energia elétrica, organizado pela Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Leite e Canheu saíram de lá preocupados com os resultados do próximo leilão de energia. Eles apostam que será muito difícil que a demanda de energia, a partir de 2009, seja atendida pela oferta a ser garantida com os negócios fechados no leilão da semana. Isso aumentará a percepção de "insucesso" da política energética e o risco de apagão, alertam.

Governo e setor privado discordam em relação a questões-chave: preços de geração de energia, condições de atração de investimento privado, riscos de apagão. O risco maior deverá ser assumido pela Eletrobrás, candidata a assumir o custo de projetos desprezados pelos agentes privados, prevêem os analistas, que recomendaram aos clientes reduzir aplicações na estatal de energia e preferir as concorrentes CPFL, Cemig e Copel. Uma possibilidade vista pelos analistas é a realização de outro leilão, no primeiro semestre de 2006, para cobrir a demanda não atendida pelos leilões realizados em 2005.

No debate promovido pela CBIEE, o consultor independente Mário Veiga apresentou um cenário em que a demanda energética seria atendida pela atual capacidade de geração só até 2009, e alguns fatores poderiam antecipar essa data. Entre esses fatores, está o atraso no cronograma de projetos de geração da agência reguladora do setor, a Aneel; e o fraco desempenho do programa Proinfa, que previa aumento da capacidade de geração em 1,2 MW até 2007, e agora aponta entregar a maior parte disso no mínimo até 2008. O presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, argumentou que há mecanismos para assegurar o cumprimento das metas do Proinfa, agora renegociado com as geradoras, e que as expectativas da Aneel já eram vistas como irrealistas pelos cenários do governo.

Teme-se, ainda, que falte gás para as termelétricas; a crescente demanda e a oferta limitada podem provocar gargalos entre 2007 e 2008, caso haja atraso nas usinas ou aceleração na demanda por energia. O governo argumenta que a Petrobras pode ajudar a reduzir a demanda

prevista, já que assinou um acordo para converter suas instalações alimentadas a gás e permitir o uso de combustível líquido. É, porém, uma solução com sérios riscos ambientais.

Os problemas ambientais também são um fantasma para a alternativa acalentada pelo governo, as gigantescas usinas hidrelétricas dos rios Madeira e Belo Monte. Essa conta é outra que poderá cair no colo da Eletrobrás, em parceria com construtoras mais interessadas no lucro com a obra das usinas do que em sua operação, segundo desconfiam os analistas do Credit Suisse First Boston.